



» Entrevista | REUBER BRANDÃO | PESQUISADOR DA REDE BIOTA CERRADO

Especialista em engenharia ambiental da UnB considera “muito ruim” o projeto de lei que altera normas de licenciamento, recém-aprovado no Congresso. Segundo ele, a proposta extirpa órgãos de controle que defendem o interesse coletivo

“O presidente Lula deve vetar tudo do PL”

» CAETANO YAMAMOTO*

Em entrevista ao programa CB.Agro — uma parceria do Correio com a TV Brasília —, o professor do Departamento de Engenharia Florestal da UnB, doutor em ecologia, pesquisador da Rede Biota Cerrado e ex-analista ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Reuber Brandão conversou com os jornalistas Roberto Fonseca e Ronayre Nunes sobre o Projeto de Lei do Licenciamento Ambiental, que foi aprovado na madrugada pelo Congresso.

Quais os impactos do PL na sociedade e no meio ambiente?

É muito difícil a gente chamar de outro nome que não seja PL da Devastação, porque o que se antevê, a partir da mudança do ordenamento previsto no PL, é um aumento de impactos ambientais e da falta de controle de impactos que possam ser advindos do estabelecimento de outros empreendimentos. A expectativa que a gente tem é muito negativa. Ele cria mecanismos como, por exemplo, o licenciamento auto-declaratório, autorizações especiais para empreendimentos que retiram a participação de diversos órgãos; que não avaliam possíveis riscos associados à coletividade, à saúde pública, ao meio ambiente. Essa retirada da participação dessa discussão mais profunda, dos impactos associados a esses empreendimentos tende, a longo prazo, causar um impacto muito mais negativo do que positivo à sociedade.

Como fica, na prática, o processo de licenciamento nos municípios? Cada um vai ter a sua análise? Será por região?

O grande problema é um esvaziamento da capacidade dos órgãos ambientais de fazerem um acompanhamento, devido a todo o passivo ambiental no país. Se você passa isso para instituições que estão mais sujeitas a interesses políticos momentâneos ou com corpos técnicos menos preparados ou menos qualificados, você faz com que o licenciamento ambiental, que é um assunto extremamente importante, fique a cargo de órgãos fragilizados do ponto de vista econômico, político e de recursos humanos. Então, o licenciamento ficará ao sabor dos ventos políticos de cada lugar. A longo prazo, isso pode ter consequências para a coletividade.

Há risco de as novas regras impactarem a vida dos povos originários?

Sim. No modelo atual, as consultas à Funai e ao ICMBio são vinculantes ao licenciamento. Quando um empreendimento eventualmente possa representar um risco para comunidades, a Fundação Palmares, o ICMBio, a Funai são consultadas. Sem essa comunicação vinculante, não há previsão de impactos advindos desses empreendimentos nesse tipo de território. E isso fragiliza não só as comunidades, mas também a biodiversidade como todo, como nas unidades de conservação.

A nova legislação corre o risco de ver um agravamento dos conflitos entre comunidade tradicional e agrária?

Há pouco tempo aconteceram manifestações populares contra empreendimentos envolvendo irrigação no oeste da Bahia. As comunidades da região de Correntina se

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A gente está tendo, nesse momento, no Entorno do DF, um derramamento de um lixão no Rio do Sal. Aqui do nosso lado, a gente sabe que têm dezenas de barragens no Brasil que estão em risco estrutural. Então eu pergunto: qual é o interesse maior no licenciamento? São questões de interesse coletivo”

uniram porque perceberam que está faltando água nas cidades em razão de uma captação dos rios. Se você não se incorpora na equação dos empreendimentos, no planejamento dos empreendimentos, há possibilidade (de conflito). Você pode o direito das pessoas em jogo e causar mais conflitos.

É mais um fator para aumentar a violência.

A violência no campo é sempre uma preocupação no Brasil. Quando você tem um empreendimento, ele tem um processo de planejamento, etapas de licenciamento que atendem a preocupações, a condicionantes envolvidas, especificamente em cada etapa. Se essas etapas de condicionantes não são atendidas ou observadas, cria-se uma série de consequências coletivas, tanto para as comunidades que estão lá nas áreas do interior do Brasil, mas também até para as cidades, para as vilas. A gente tem, na história do Brasil recente, vários exemplos do que acontece com empreendimentos em que a questão ambiental é colocada como um atraso, uma despesa, um gasto. Na verdade, o que está em jogo é nossa capacidade de prevenção e de proteção dos recursos naturais da sociedade como um todo.

Os defensores do PL alegam que ele torna mais ágil a implementação de um empreendimento. Qual a sua opinião?

O PL do licenciamento, da forma como está, simplesmente retira qualquer tipo de preocupação que exista contra empreendimentos que podem causar impacto. A gente está tendo, nesse momento, aqui no Entorno do DF, um derramamento de um lixão no Rio do Sal. Aqui do nosso lado, a gente sabe que têm dezenas de barragens no Brasil que estão em risco estrutural. A gente sabe que tem um Pantanal que queima todo ano, secas na Amazônia, um estado que inunda temporada sim, temporada não. E isso tudo é uma consequência coletiva que toda a sociedade está

percebendo. Então eu pergunto: qual é efetivamente o interesse maior no licenciamento? É muito fácil a gente falar que não gosta de burocracia, quando na verdade é um ordenamento, um olhar com cautela, olhar com profundidade questões que são de interesse coletivo.

Existem formas de proporcionar esses avanços sem colocar em risco o meio ambiente?

Este PL ficou vários anos engavetado dentro do Congresso. Ele ficou engavetado porque era ruim. Ele é ruim porque desconsidera o licenciamento como uma ferramenta de garantia social, de garantia coletiva. Todo tipo de ordenamento social, todo tipo de arcabouço coletivo, que envolva a sociedade, pode ser refinado, pode ser melhorado. Novas tecnologias podem ser incorporadas, novos entendimentos. Mas isso tem que ser discutido de maneira mais ampla, mais séria, mais responsável.

Quais são os perigos da autodeclaração?

A declaração é uma opinião, e uma opinião tem que ser avaliada coletivamente. Alguém pode falar: “Estou apaixonado pelo meu empreendimento, acho meu empreendimento fantástico”. E pode ser que ele realmente esteja eivado de benefícios, mas pode ser também que tenha problemas que o empreendedor não tenha percebido ou que não tenha interesse em divulgar. A análise crítica é essencial. A autodeclaração já é uma parte do processo porque, quando o empreendedor protocola um pedido de empreendimento no órgão ambiental, já emite uma autodeclaração. Quando a gente parte para a análise, já está analisando aquilo que é feito normalmente. Essa autodeclaração já existe. Agora, o autolicensing é mais complexo. Exige o licenciamento, uma questão de etapas condicionantes específicas para que seja garantida a melhor solução, a melhor locação, o melhor custo para aquele tipo de empreendimento, de forma que minimize impactos.

O autolicensing não vai levar em consideração o conhecimento acumulado em relação a um licenciamento ambiental?

Esse é um ponto central, porque existe o aprendizado das instituições. As instituições aprendem, com o dia a dia da sua atribuição. O órgão ambiental tem muito mais capacidade de entender e prever coisas, dentro da legislação prevê, do que o empreendedor. E a gente tem que pensar também do ponto de vista internacional. Estamos falando de um mercado que exige uma política ambiental cada vez maior. É o discurso da energia limpa; de carros limpos; da produção agrícola com cada vez mais restrições para o mercado internacional do ponto de vista sanitário, fiscal e ambiental.

Que tipo de mensagem a gente estará passando para a COP30?

O Brasil é o país da megadiversidade. Ele é foco no mundo inteiro porque tem as maiores extensões de floresta tropical do mundo, uma capacidade de desenvolvimento biotecnológico incrível — e a gente olha muito pouco para isso. A COP30 vai discutir principalmente questões de emissões. Se a gente elaborar uma legislação de derrubada do licenciamento que vá acarretar em aumento de emissões de gases, vai prejudicar todos os compromissos que o Brasil eventualmente possa assumir na COP30 dentro de sua própria casa.

Como essa nova lei geral do licenciamento ambiental pode prejudicar o compromisso do Brasil com o acordo de Paris?

Acho que é principalmente no alcance de certas metas, como diminuição de emissões e redução da dependência de combustível fóssil. O projeto de lei acaba tirando, dentro do arcabouço do licenciamento, os mecanismos pelos quais você pode prever, antever e sugerir estratégias para minimizar esse tipo de emissões. Torna o Brasil muito mais frágil do ponto de vista do alcance das metas estabelecidas nos acordos climáticos.

Muitos apontam que foi uma derrota para a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Como avalia o papel dela nesse momento delicado?

É um momento politicamente muito difícil para ela. Mas discorde do pouco desse discurso de que é uma derrota da ministra Marina. Porque é muito mais uma perda social coletiva do que uma perda da ministra. Ela fez o papel dela, que é denunciar, levantar as questões são importantes, tentar chamar a atenção — e isso dentro de um cenário dentro do Congresso Nacional que é extremamente hostil para ela. É um Congresso que tem um discurso anti-intelectualista, um discurso negacionista muito complicado quando você vai falar de meio ambiente.

É uma derrota da sociedade?

É uma derrota do nosso ordenamento, dos nossos sistemas de controle, de proteção, de prevenção, até mesmo uma perda civilizatória para sociedade brasileira, porque o controle coletivo, o controle social não é um impedimento, não é uma proibição, não é uma perseguição, não é uma burocracia desnecessária. É um sistema que você tem que negociar, demonstrar, avaliar empreendimentos que possam colocar em risco a coletividade como um todo. A ministra Marina fez o papel dela. O resultado não me pareceu que seria muito diferente disso, justamente por conta desse ambiente que existe dentro do nosso Congresso Nacional.

Como esse enfraquecimento da avaliação técnica pode atingir as universidades, os grupos de pesquisa?

O PL de licenciamento não é tão problemático para dentro do sistema de ciência e tecnologia no Brasil, as universidades. O grande problema que existe hoje com relação às universidades é uma postura negacionista e uma postura anti-intelectualista, na linha de “a universidade não serve para nada, a ciência não

serve para nada”. Enquanto isso, todo mundo usa celular, computador, internet, medicamento. Todo mundo depende da ciência constantemente. Então, a gente está vivendo um momento em que a gente como academia tem que demonstrar cada vez mais o quanto a ciência, o conhecimento, o saber, o trabalho, a pesquisa refletem a nossa qualidade de vida dia a dia.

O presidente Lula pontuou a importância da Margem Equatorial. O que acha disso?

Mesmo o presidente Lula tendo afirmado que é favorável ao aumento da exploração de petróleo na Margem Equatorial, em momento algum ele disse que não deveria ter sido feito o licenciamento, a preocupação, a negociação com as questões do impacto ambiental associado ao projeto. Dizer que é favorável ao empreendimento é diferente de dizer que você é favorável a que o empreendimento não tenha nenhum tipo de controle para que aconteça. A economia global é movida pelo petróleo. Isso é uma realidade, e a gente tem que trabalhar para cada vez diminuir isso. Já passou do tempo. É urgente.

O veto presidencial deve ser parcial ou completo? Há algum ponto que pode ser aproveitado?

Quando se pensa em acelerar o licenciamento ambiental, é preciso entender que cada empreendimento tem características próprias. Há empreendimentos em que a previsão de impactos e o sistema de controle de possibilidades estão bem equacionados. Esse empreendimentos caminham com muito mais facilidade. Mas há empreendimentos que demandam uma discussão maior. Envolvem rios federais, vários estados, expectativas locais, expectativas estaduais. Dizer que o licenciamento atrapalha é uma simplificação superficial. Penso que o presidente Lula deve vetar tudo. Esse PL não foi discutido com a profundidade necessária, com uma preocupação de futuro de Brasil que a gente tem que ter.